

## **DE LULA A DILMA: MUDANÇA OU CONTINUIDADE NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A AMÉRICA DO SUL?**

### **FROM LULA TO DILMA: CHANGE OR CONTINUITY IN BRAZILIAN FOREIGN POLICY FOR SOUTH AMERICA?**

Guilherme Ziebell de Oliveira (UFRGS)  
guilherme.ziebell@ufrgs.br

Isadora Loreto da Silveira (UFRGS)  
isadorasilveira@gmail.com

**Resumo:** A chegada de Luiz Inácio (Lula) da Silva à presidência, em 2003, marcou a consolidação da identidade sul-americana do Brasil. Ao longo de seus oito anos de governo testemunhou-se uma forte aproximação com os países da América do Sul, solidificada pelo aprofundamento da integração política e econômica para além da esfera do Cone Sul e da temática comercial até então predominante. A eleição de Dilma Rousseff, em 2010, gerou grandes expectativas em relação aos rumos que a política externa brasileira tomaria. Findo o primeiro mandato da presidenta, ainda há considerável divergência a respeito da continuidade (ou mudança) da condução da política externa em seu governo. Nesse contexto, o trabalho busca analisar se houve, ou não, uma mudança na política externa brasileira para a América do Sul no governo Dilma Rousseff em relação ao governo Lula e, em caso positivo, qual a sua profundidade. Conclui-se que houve uma mudança de ajuste, mas que a América do Sul manteve sua posição prioritária na agenda externa brasileira.

**Palavras-chave:** Política Externa. América do Sul. Lula. Dilma.

**Abstract:** Luiz Inacio (Lula) da Silva's administration, initiated in 2003, marked the consolidation of Brazil's South American identity. Lula's eight years in office were characterized by the strengthening of ties with South American countries, solidified by the deepening of political and economic integration in the Southern Cone and beyond and exceeding the commercial sphere. Dilma Rousseff's election in 2010 generated great expectations concerning the path that Brazilian foreign policy would take. After the end of Rousseff's first term, there is still considerable disagreement regarding the continuity (or change) in the conduct of foreign policy. In this context, the work seeks to analyze whether or not there was a change in Brazilian foreign policy towards South America in the Rousseff administration when compared to Lula's administration and, if there was one, how intense was it. We conclude that there were adjustment changes, but that South America has maintained its priority position in Brazil's foreign agenda.

**Key-words:** Foreign Policy. South America. Lula. Dilma.

Recebido: 27/09/2015

Aprovado: 01/10/2015

### **Introdução**

A chegada de Lula à presidência, em 2003, marcou a consolidação da identidade sul-americana do Brasil. Ao longo de seus oito anos de governo testemunhou-se uma forte aproximação com os países da região, solidificada pelo aprofundamento da integração política e econômica para além da esfera do Cone Sul e da temática comercial até então predominante. Iniciativas existentes, como o Mercosul e a IIRSA, foram aprofundadas, e outras, como a

Unasul e o Conselho de Defesa Sul-Americano, foram criadas e aprimoradas. Além disso, as relações bilaterais com os outros onze países que compõem o subcontinente sul-americano também foram fortalecidas, com a intensificação de visitas oficiais e a assinatura de inúmeros acordos nas mais diversas áreas. Esse contexto de maior aproximação política do Brasil com os demais países sul-americanos também teve reflexos positivos bastante significativos no comércio com a região, com o volume comercial passando de US\$ 15,1 bilhões, em 2002, para US\$ 62,6 bilhões em 2010 (ITC, 2015).

A eleição de Dilma Rousseff, em 2010, e a substituição do chanceler Celso Amorim por Antônio Patriota, geraram fortes expectativas em relação aos rumos que a política externa brasileira tomaria. Entre os temas dignos de maior preocupação, nesse sentido, estavam as relações brasileiras com a América do Sul – principal espaço de inserção brasileira ao longo do governo Lula (GARCIA, 2013; SANTOS, 2013). Findo o primeiro mandato da presidenta, ainda há considerável divergência a respeito da condução da política externa em seu governo, não só em relação à América do Sul, mas também aos demais temas.

Enquanto para alguns analistas a política externa adotada entre 2011 e 2014 representou uma continuidade em relação àquela implementada pelo governo anterior (PAUTASSO; ADAM, 2014; SANTOS, 2013), para outros, teria havido uma importante mudança em relação ao período Lula, com uma retração da política externa (SPEKTOR, 2014; STUENKEL, 2014; CERVO, LESSA, 2014) como um todo, além de uma importante diminuição na atenção dedicada à América do Sul (SARAIVA, 2014; TOKATLIAN, 2014) – o que se evidenciaria, entre outros, pelo menor número de visitas de alto nível (presidenciais e do chanceler) realizadas aos vizinhos, e pelo fato de nem todos terem recebido visitas da presidenta.

Este artigo, nesse contexto, visa a analisar a política dos governos Lula e Dilma para a América do Sul, de forma a avaliar se houve, realmente, uma mudança e, em caso afirmativo, qual foi a sua profundidade, de acordo com os níveis definidos por Charles F. Hermann (1990). Para tanto, o trabalho será dividido em três seções, além dessa introdução. Na primeira, serão analisadas as realizações da política externa brasileira para a região nos governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014), com atenção especial para as relações bilaterais com os países sul-americanos. Em seguida, avaliar-se-ão, sobretudo a partir dos trabalhos de Hermann (1990) e Sennes (2003), os conceitos de Mudança de Política Externa e de Matriz de Política Externa, cruciais para o propósito desse artigo. Por fim, a última seção apresentará as conclusões finais acerca do tema estudado.

## **1. Matriz e Mudança de Política Externa**

Geralmente, a análise da política externa dos países é feita utilizando os diferentes governos como recorte, buscando-se identificar semelhanças e diferenças entre os períodos, sendo essas associadas, em grande medida, aos diferentes períodos presidenciais. Alternativamente, Ricardo Sennes (2003) propõe um modelo de análise diferenciado. Considerando que os elementos que sustentam a política externa de um país – percepções, perspectivas, estratégias e valores – costumam variar em ciclos mais longos do que os mandatos presidenciais, possibilitando que haja apenas variações de estilo na condução diplomática entre os diferentes governos, o autor propõe a ideia de matrizes de política externa.

Para Sennes, a noção de matriz de política externa “diz respeito aos contornos mais gerais da política externa de um país e busca determinar a forma pela qual ele concebe a dinâmica do sistema internacional” (SENNESES, 2003, p.36). Destarte, a matriz da política externa de um determinado país não refletiria apenas os interesses de um núcleo burocrático específico, mas sim um conjunto de concepções, estratégias e opções, em um nível de agregação de ordem nacional, generalizável ao conjunto do país – não sendo, portanto, resultado exclusivo de um governo e/ou governante. Nesse contexto, opções e condicionamentos estruturais que, em geral, possuem ciclos mais longos do que a duração dos governos – especialmente em regimes presidencialistas – têm papel importante na construção da ideia de matriz. Dessa forma, a identificação da matriz que estrutura os posicionamentos externos de um dado Estado implicaria, portanto, na identificação dos elementos que determinam a sua projeção internacional.

Durante o governo de Lula, Dilma Rousseff ocupou o cargo de Ministra (de Minas e Energia e Ministra-Chefe da Casa Civil), e foi responsável por coordenar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ainda, além de serem membros do mesmo partido (Partido dos Trabalhadores), Dilma recebeu forte apoio de Lula em sua candidatura à presidência em 2010 – com uma ideia clara de que representava a continuidade de um projeto em curso (BERTAZZO, 2012). Isso posto, e adotando a ideia de matriz de política externa, é possível afirmar que o governo Rousseff, antes mesmo de iniciar, já apontava para a continuidade da matriz em que estava inserido seu antecessor.

A ideia de manutenção da matriz, todavia, não exclui a possibilidade de mudanças na concepção e na condução da política externa do país. Nesse contexto, o trabalho de Charles Hermann (1990), no qual o autor busca compreender quais fatores levam os Estados a realizar

mudanças em suas políticas externas, apresenta-se como uma ferramenta de grande utilidade. Segundo Hermann, as principais mudanças nas políticas externas dos países ocorrem quando novos governos, com alinhamentos e/ou percepções do cenário e das agendas internacionais distintos do anterior, assumem o poder – sendo estas, em geral, bastante expressivas. A preocupação do autor, todavia, está centrada na compreensão das mudanças que ocorrem sem que haja uma mudança em quem governa o país (autocorretivas) (HERMANN, 1990).

Mesmo que, formalmente, a chegada de Dilma Rousseff ao poder represente uma mudança de governo, é possível considerar, apoiando-se na ideia de matriz de política externa e no fato de que, em grande medida, os dois governos têm o mesmo alinhamento político e percepções do cenário e das agendas nacionais e internacionais, que há uma continuidade no governo – ainda que ele seja comandado por outro chefe de Estado. Partindo-se dessa perspectiva, o trabalho de Hermann se torna uma ferramenta de grande utilidade na avaliação da existência – ou não – de mudanças na política externa brasileira para o continente sul-americano a partir do governo Dilma (e, em caso positivo, de sua profundidade).

Em seu trabalho, Hermann (1990) divide as mudanças ocorridas dentro de um mesmo governo (autocorretivas) em quatro diferentes níveis. O primeiro é o de “mudanças de ajuste”, representado por mudanças no esforço com que se busca determinado objetivo, sem que haja uma alteração nos objetivos ou mesmo na maneira por meio da qual eles são buscados. O segundo é o de “mudanças de programa”, no qual há mudanças nos métodos ou meios utilizados para atingir um determinado objetivo, que permanece, todavia, inalterado. O terceiro é o das “mudanças de objetivo”, no qual há uma alteração ou o abandono do objetivo inicial da política externa. Por fim, o nível mais radical é o de “mudança de orientação internacional”, no qual são realizadas mudanças em diversas políticas ao mesmo tempo, gerando, assim, uma mudança no papel internacional do país em questão.

Ainda, para o autor, haveria quatro diferentes fontes de mudanças significativas de política externa, as quais poderiam interagir, sendo ao mesmo tempo causa e efeito umas das outras e, dessa forma, gerar as mudanças. A primeira seria a “realizada pelo líder”, que passaria a impor sua própria visão à política externa. A segunda seria a “defesa burocrática”, que diria respeito às pressões realizadas por grupos dentro do governo, interessados em uma determinada mudança na política externa. A terceira seria a “reestruturação doméstica”, que ocorreria quando os grupos que sustentam o governo mudassem as suas opiniões em relação a determinado assunto ou mesmo sua composição. A quarta fonte seriam os “choques externos”, eventos internacionais responsáveis por impactos significativos e impossíveis de

serem ignorados pelo Estado em questão. Essas fontes, todavia, não seriam capazes de gerar, de forma independente, mudanças significativas de política externa, o que faria com que o processo de tomada de decisão do governo tivesse um papel fundamental na alteração, já que este atuaria como um facilitador e/ou dificultador do processo de mudança de política externa.

Ao longo dos oito anos de governo Lula foram criados 321 projetos de cooperação com os vizinhos pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), dos quais 239 (74,5%) foram concluídos antes de 2011. Dos demais, 46 foram concluídos durante o governo subsequente, e 26 seguem ainda em execução. As principais áreas de cooperação foram defesa (68 projetos), agricultura (53 projetos), saúde (45 projetos) e administração pública (27 projetos) (BRASIL, 2015a). Além disso, no período, Lula recebeu 139 visitas de autoridades da América do Sul, e realizou visitas a todos os países da região. Ao longo do primeiro mandato foram 43 visitas aos 11 países, e ao longo do segundo 56 visitas. O único país da região que não recebeu visitas de Lula em seu segundo mandato foi o Suriname. De forma análoga, o então chanceler, Celso Amorim, realizou visitas a todos os países da América do Sul – 66 no primeiro mandato de Lula, e 46 no segundo (BRASIL, 2012b; BRASIL, 2012c; BRASIL, 2012d; BRASIL, 2015b; BRASIL, 2015c; BRASIL, 2015d; NAPOLEÃO, 2011).

Já ao longo dos quatro anos do primeiro mandato de Dilma Rousseff, foram criados 260 projetos de cooperação com os países da América do Sul pela ABC, dos quais 211 (82%) foram concluídos antes de 2015, com os demais ainda em execução. As principais áreas de cooperação foram defesa (140 projetos), agricultura (17 projetos), meio ambiente (17 projetos) e saúde (16 projetos) (BRASIL, 2015a). Ainda, no período, Dilma recebeu 36 visitas de autoridades sul-americanas, e realizou 27 visitas a nove dos onze países da região. Os únicos países que não receberam visitas foram Bolívia e Guiana. No mesmo período, os dois chanceleres do governo, Patriota e Figueiredo, realizaram 61 e 22 visitas, respectivamente, aos onze países da região (BRASIL, 2012c; BRASIL, 2015b; BRASIL, 2015c; BRASIL, 2015d; NAPOLEÃO, 2011).

Se por um lado o primeiro mandato de Dilma foi marcado por um menor número de visitas aos vizinhos, em comparação com o primeiro mandato de seu antecessor, o mesmo não pode ser dito em relação aos projetos de cooperação, que se expandiram sensivelmente. No primeiro mandato de Lula foram estabelecidos apenas 71 projetos pela ABC, sendo 50 (70%) deles concluídos até 2006; em um período equivalente o governo Dilma estabeleceu 260 projetos, concluindo 211 deles (82%) (BRASIL, 2015a).

É importante ressaltar, todavia, que a conjuntura vivida pelos dois governos foi bastante distinta. Internamente, o governo Rousseff se deparou com um contexto mais difícil que seu antecessor. A partir do final de 2010 e início de 2011, mostraram-se cada vez mais claros os limites ao modelo de crescimento baseado no mercado interno e na redistribuição da renda, combinado com a manutenção de juros elevados e apreciação cambial, o que passou a exigir esforços redobrados do governo federal (TEIXEIRA; PINTO, 2012). No âmbito externo, Dilma Rousseff também enfrentou um ambiente mais desfavorável do que Lula, tendo seu governo sido impactado de forma mais acentuada pelos efeitos da crise econômica mundial, e tendo que lidar com a criação de um projeto “concorrente” na região, a Aliança do Pacífico (BONIS, 2012b; PEREIRA, 2012). Em grande medida, esses fatores foram fundamentais para que a política externa tivesse menor ênfase no governo Rousseff, que deu maior destaque às questões políticas internas.

Ainda, em relação às relações com a região, há outro fator de grande importância. Coube a Dilma não só buscar consolidar a Unasul e fortalecer o Mercosul, mantendo a importância da política sul-americana, mas também dar continuidade à incipiente Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), criada em 2010, ainda durante o governo Lula. Assim, houve a necessidade de conciliação do reforço da identidade sul-americana a uma tentativa de retomada da identidade latino-americana. Nesse sentido, o discurso do então chanceler, Antônio Patriota, poucos meses após assumir a pasta, ressaltou a posição central da América do Sul na agenda externa brasileira, mas contou com a adição de uma menção mais concreta à América Latina como um todo. Na ocasião, Patriota afirmou

Estaremos empenhados nos próximos anos na consolidação da América do Sul como um espaço de crescente paz e prosperidade. [...] Trabalharemos pelo fortalecimento do MERCOSUL e pela construção de uma UNASUL robusta, sem deixarmos de dedicar uma atenção diferenciada a cada país sul-americano. A integração da América do Sul permanecerá o ponto de partida para uma diplomacia latino-americana e caribenha em sentido mais amplo (PATRIOTA, 2011).

## **2. A retomada da identidade sul-americana**

A identidade brasileira em relação ao seu entorno geográfico se mostrou, historicamente, cambiante, sendo dotada de uma natureza social e adaptável. Durante o Império, houve a negação da identidade americana do Brasil, que, sendo uma monarquia, identificava-se mais com a Europa do que com o continente americano, onde se via cercado de repúblicas (DORATIOTO, 1998). A Proclamação da República no país, em 1889, veio acompanhada de uma valorização do pan-americanismo. Nos primeiros anos da república nascente, sob a

chancelaria do Barão de Rio Branco – entre 1902 e 1912 –, houve um esforço para a valorização do sistema americano a partir de uma aproximação com os Estados Unidos e da adoção de uma diplomacia ativa na América do Sul – que culminou na assinatura, em 1915, do Pacto ABC, entre Argentina, Brasil e Chile (BANDEIRA, 1998; SANTOS, 2014).

Nesse contexto, somente na década de 1990 o Brasil se reconciliaria com a sua identidade sul-americana, que remontava ao Pacto ABC. Em 1991, após um processo de reaproximação com a Argentina no contexto da redemocratização, criou-se o Mercosul. No ano seguinte, a adesão mexicana ao acordo de criação do NAFTA contribuiu para o enfraquecimento da identidade latino-americana. Em 1993, durante o governo Itamar Franco, que tinha como chanceler Celso Amorim, propôs-se a criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), que seria seguida pela tentativa dos EUA de expandir o NAFTA à totalidade do continente americano, mediante a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), em 1994. Ainda durante os anos 1990, durante o governo Cardoso, o Brasil atuou, junto com outros países da região, na mediação do conflito entre Peru e Equador, que chegou ao fim em 1998, consolidando a imagem da América do Sul como uma zona de paz e democracia (CERVO: BUENO, 2011).

Na esteira desses acontecimentos, o governo Cardoso promoveu, em 2000, a I Cúpula Sul-Americana, em Brasília, a qual culminou na criação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). A IIRSA tinha por objetivo promover a integração física da região e fomentar a modernização da infraestrutura dos Estados sul-americanos, favorecendo o desenvolvimento econômico e social regional (IIRSA, 2015). Em 2002, realizou-se a II Cúpula, em Guayaquil, no Equador, palco do simbólico encontro de San Martín e Simon Bolívar 180 anos antes, para discutir a constituição de um bloco sul-americano e reforçar o apoio conjunto à IIRSA (CONSENSO DE GUAYAQUIL, 2002).

A primeira década do século XXI foi marcada, na América do Sul, pela ascensão, em quase todos os países, de governantes de orientação nacionalista, desenvolvimentista ou socialistas, que promoveram uma “virada à esquerda” no contexto político e ideológico vivido na região (FIORI, 2013). Além de Lula (2003), assumiram o poder Hugo Chávez (1998), na Venezuela; Evo Morales (2005), na Bolívia; Rafael Corrêa (2006), no Equador; Néstor Kirchner (2003), na Argentina; Tabaré Vasquez (2005), no Uruguai; Ricardo Lagos (2000) e Michelle Bachelet (2006), no Chile; e Fernando Lugo (2008), no Paraguai (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010). Essa mudança se deu em uma conjuntura econômica bastante favorável, coincidindo com um ciclo de expansão da economia mundial que contribuiu

fortemente para o crescimento das economias da região até a eclosão da crise mundial de 2008 (FIORI, 2013).

### 3. Governo Lula (2003-2010)

A América do Sul foi oficialmente definida como prioridade do governo brasileiro desde os discursos de posse de Luiz Inácio (Lula) da Silva e de seu ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em 2003. De acordo com o ex-presidente

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social [...]. O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados [...]. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul (SILVA, 2003).

Nesse contexto, em 2004, teve lugar em Cusco, Peru, a III Cúpula Sul-Americana, ocasião em que foi criada a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), que tinha por objetivo integrar o Mercosul e a Comunidade Andina, e estabelecer uma agenda comum a todos os países sul-americanos para o desenvolvimento da região (UNASUR, 2015a). No mesmo ano foi criado o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), que entrou em funcionamento em 2005, com o objetivo de reduzir as assimetrias entre os membros do bloco, por meio do financiamento de projetos de infraestrutura, de fomento à competitividade, de desenvolvimento social, de provisão de serviços básicos etc. (BRASIL, 2015e).

Saliente-se que o Fundo é composto por contribuições não reembolsáveis, totalizando US\$ 100 milhões ao ano. Os aportes são realizados semestralmente pelos Estados-membros do Mercosul, de forma proporcional ao seu PIB. Assim, a Argentina é responsável por 27% dos recursos; o Brasil, por 70%; o Paraguai, por 1%; e o Uruguai, por 2%. O recebimento dos recursos obedece a lógica inversa à dos aportes. Portanto, o Paraguai tem direito a 48%, o Uruguai, a 32% e a Argentina e o Brasil, a 10% do montante anual cada um (BRASIL, 2015e).

Ainda em 2003, a proposta de “ALCA *light*” ou “ALCA possível”, apresentada pelo Brasil, explicitou a discrepância de posições entre os países que negociavam o estabelecimento do bloco e a polarização das questões centrais das tratativas em torno de Brasília e Washington. Houve, então, uma espécie de redimensionamento do alcance e do



grau de profundidade que a ALCA adquiriria, caso fosse criada, impossibilitando a adoção da proposta original. Finalmente, no final de 2005, reunidos na IV Cúpula das Américas, em Mar del Plata, os representantes dos países americanos concluíram no comunicado final que não havia uma visão comum para a forma que a ALCA deveria tomar e que não seria possível chegar a um acordo, pondo fim às negociações, o que reforçou ainda mais o foco da política externa brasileira na América do Sul (SILVA; SILVEIRA, 2012).

Em 2008, a CASA foi transformada em União das Nações Sul-Americanas (Unasul), fortalecendo a integração política da região (COUTO, 2010). Em 2010, a IIRSA foi integrada ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), um dos doze conselhos setoriais da Unasul. Os demais cobrem as áreas de defesa; saúde; energia; ciência, tecnologia e inovação; questões eleitorais; cultura; desenvolvimento social; economia e finanças; combate às drogas; segurança, cidadania, justiça e combate ao crime organizado (UNASUR, 2015b). Os projetos são financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), pelo Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata (Fonplata) e pelo BNDES (BRASIL, 2011).

O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), também criado em 2008, por iniciativa brasileira, reuniu todos os países da Unasul. O CDS, proposto por Lula, tem como objetivos a consolidação da América do Sul como uma zona de paz, a construção de uma identidade sul-americana na área de defesa e a criação de consensos para fortalecer a cooperação regional. Além disso, o governo brasileiro viu no estabelecimento do Conselho uma oportunidade de angariar apoio por meio da disseminação de concepções que se coadunam com a política de defesa nacional e robustecem a liderança brasileira na região (LEÃO; MORINI, 2013).

Para além da aproximação no âmbito multilateral, houve avanços nos laços bilaterais – favorecidos fortemente pela conjuntura política e econômica favorável vivida nos primeiros anos do século XXI. Ao longo do governo Lula, as relações com a Argentina, tanto sob Néstor, quanto sob Cristina Kirchner, mantiveram alto nível de entendimento e coordenação, a despeito de algumas rugas em questões setoriais, especialmente no âmbito comercial (CANDEAS, 2005; SILVA, 2012). Apesar disso, o comércio bilateral foi crescente, passando de US\$ 7 bilhões, em 2002, para US\$ 32 bilhões, em 2010 (ITC, 2015).

As relações do Brasil com o Uruguai, por sua vez, passaram por avanços mais lentos no período, em grande parte por conta do descontentamento uruguaio com a assimetria existente no Mercosul, o que fez com que o país buscasse negociar acordos comerciais com os

EUA e a União Europeia como uma forma de aumentar sua margem de manobra em relação ao bloco (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010). Apesar disso, o comércio entre os dois países também foi marcado por um grande crescimento, passando de cerca de US\$ 900 milhões, em 2002, para pouco mais de US\$ 3 bilhões, em 2010 (ITC, 2015).

Com o Paraguai, os laços brasileiros também passaram por um importante aprofundamento. Foram assinados, ao longo do governo Lula, inúmeros acordos bilaterais, nas mais diversas áreas. Entre esses, destaca-se o que foi assinado em 2009, após a Cúpula de Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, em Assunção. Tal tratado revisava o Tratado de Itaipu, prevendo a triplicação do valor pago pela energia gerada e cedida pelo Paraguai ao Brasil, e o fim da exclusividade da Eletrobrás na aquisição da energia excedente, além de uma série de outros projetos conjuntos – especialmente para a melhoria dos sistemas de transmissão de energia no Paraguai (GARCIA, 2013; ROSA, 2013). Nesse contexto, o comércio bilateral também passou por um expressivo crescimento, saindo de cerca de US\$ 900 milhões, em 2002, e atingindo a marca de US\$ 3,1 bilhões, em 2010 (ITC, 2015).

A aproximação brasileira com a Venezuela, que já começara a se desenhar no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, intensificou-se ainda mais durante a primeira década dos anos 2000. Além da oposição conjunta à implantação da ALCA e da solicitação venezuelana de entrada no Mercosul, em 2000, os dois países assinaram um Comunicado Conjunto de Aliança Estratégica, em 2005, além de diversos acordos de cooperação nas mais diversas áreas (técnica, agrícola, em saúde, industrial, petroquímica, energética etc.) (BOERSNER, 2011). Ao longo do período, o comércio bilateral cresceu continuamente, passando de US\$ 1,4 bilhão, em 2002, para US\$ 4,6 bilhões, em 2010 (ITC, 2015).

As relações com a Bolívia também se aprofundaram no período, com o comércio bilateral passando de US\$ 818 milhões, em 2002, para US\$ 3,3 bilhões, em 2010 (ITC, 2015). O período foi marcado pela nacionalização dos recursos naturais bolivianos, promovida por Evo Morales, em 2006, o que atingiu diretamente a Petrobras, que possuía investimentos no país, e gerou forte repercussão interna no Brasil. A situação, todavia, foi solucionada de forma negociada, o que contribuiu para a manutenção de relações bilaterais estáveis (GARCIA, 2013).

Após um período de afinidade, reforçado com a chegada de Rafael Corrêa ao poder, as relações entre Brasil e Equador passaram por um período de crise, a partir de 2008, causada por desentendimentos em relação à atuação da construtora brasileira Odebrecht no país (WAISBERG; RIBEIRO, 2008). Apesar disso, as relações comerciais bilaterais foram

crecentes, passando de cerca de US\$ 404 milhões, em 2002, para pouco mais de US\$ 1 bilhão, em 2010 (ITC, 2015).

A ascensão de governos de esquerda no Chile contribuiu para que houvesse relativa aproximação do país com os vizinhos, ainda que pouco expressiva – com a manutenção de importantes laços com os EUA (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010). A despeito disso, o comércio bilateral com o Brasil foi crescente, passando de US\$ 2,1 bilhões, em 2002, para US\$ 8,3 bilhões, em 2010 (ITC, 2015).

O Brasil também buscou intensificar sua aproximação com os demais países da região, independentemente das diferenças na orientação política de seus governos. Com o Peru, foram assinados diversos acordos de cooperação. Entre eles, destacam-se o estabelecimento de uma Aliança Estratégica, em 2003; de uma declaração conjunta sobre a cooperação entre as estratégias Fome Zero e o Programa Juntos, em 2006; diversos acordos de cooperação técnica e científica; e o acordo para Criação de Área de Controle Integrado de Fronteiras, em 2009 (NOVAK; NAMIHAS, 2013). O comércio entre os países refletiu essa aproximação, sendo crescente no período, passando de US\$ 656 milhões, em 2002, para US\$ 2,9 bilhões, em 2010 (ITC, 2015).

As relações com a Colômbia no período foram fortemente marcadas pelo conflito interno do país e, especialmente, pelo lançamento do Plano Colômbia, em 2000. O plano passou a ser fonte de preocupação para o governo brasileiro, já que significava a militarização da América do Sul por uma potência extra-regional (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2010). Nesse contexto, durante visita oficial de Lula à Colômbia, em 2008, diversos acordos bilaterais foram assinados nas áreas de ciência e tecnologia, combate ao tráfico de armas e a atividades ilícitas, e trocas de informação e inteligência. Além disso, o governo colombiano aceitou a integração do país ao CDS (RAMIRES, 2009). Ademais, em 2010, em encontro com o presidente colombiano, Lula reiterou a importância da cooperação na região amazônica para o fortalecimento das relações, destacando a necessidade de reforçar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) (BRASIL, 2011a). Reflexos dos esforços de aproximação podem ser vistos nas relações comerciais bilaterais, que foram crescentes no período, saltando de US\$ 747 milhões, em 2002, para US\$ 3,2 bilhões, em 2010 (ITC, 2015).

Em relação à Guiana e ao Suriname, o Brasil também buscou aprofundar as relações, o que foi demonstrado por meio das visitas oficiais realizadas por Lula e pelo chanceler Amorim aos países. Lula visitou o Suriname em 2005 e a Guiana em 2005, 2007 e 2010. Amorim, por sua vez, visitou o Suriname em 2004 e 2005, e a Guiana em 2004 (duas vezes),

2005, 2007 e 2010 (BRASIL, 2012b; BRASIL, 2012c; BRASIL, 2012d; BRASIL, 2015b; BRASIL, 2015c; BRASIL, 2015d; NAPOLEÃO, 2011).

Com a Guiana, o Brasil assinou acordos de cooperação técnica e na área de transporte, e foi responsável pela retomada e conclusão das obras de construção de uma ponte ligando os dois países – projeto iniciado ainda na década de 1970 (GEHRE; GOMES, 2013). Com o Suriname, país para o qual o Brasil fornece ajuda humanitária regularmente, foram assinados acordos de cooperação militar, em 2008, e para o fornecimento de urnas eletrônicas a serem usadas nas eleições do país, em 2009 (BRANDT, 2009; GIRALDI, 2009).

Durante o período Lula, o governo brasileiro ainda manifestou o interesse de incrementar as oportunidades de cooperação na área militar com os vizinhos do norte (GEHRE; GOMES, 2013). A maior aproximação brasileira com os dois países também se refletiu nas relações comerciais bilaterais, com o comércio passando de US\$ 10,7 milhões, em 2002, para US\$ 63,1 milhões, em 2010, com o Suriname; e de US\$ 8,7 milhões, em 2002, para US\$ 27,9 milhões, em 2010, com a Guiana (ITC, 2015).

#### **4. Governo Dilma (2011-2014)**

Dilma Rousseff foi eleita para a presidência em 2010 e, em seu discurso de posse, em 2011, ressaltou igualmente a importância da América do Sul na inserção externa do Brasil, afirmando: “(p)odemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia, dando consistência cada vez maior ao Mercosul e à Unasul” (ROUSSEFF, 2011). Em consonância, seu primeiro ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, em discurso proferido em 2012, sublinhou a importância do entorno regional e da identidade sul-americana na estratégia mais ampla de inserção do Brasil no sistema internacional, introduzindo o conceito de “âncora regional”, ao afirmar que

[...] em certo sentido podemos nos situar no mesmo espírito que inspirou Rio Branco: precisamos ser cada vez mais sul-americanos e cada vez mais sintonizados com o momento vivido pelo conjunto da comunidade das nações. Como às vezes afirmo, mais ancorados em nossa região e, ao mesmo tempo, mais multipolares (PATRIOTA, 2013, p. 72).

Nesse contexto, no que se refere ao esforço de integração física da América do Sul, a Agenda de Implementação Consensuada (AIC), em vigor entre 2005 e 2010 no âmbito da IIRSA, ainda que não tenha sido plenamente realizada, foi sucedida, em novembro de 2011, por uma nova lista de empreendimentos, a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API) do

COSIPLAN. A API buscou corrigir algumas deficiências da AIC e redefinir os prazos de certos projetos. A nova agenda consiste em um conjunto de 31 projetos estratégicos, com investimento estimado em US\$ 13,6 bilhões e elevado impacto para a integração física e para o desenvolvimento socioeconômico da região (COSIPLAN, 2011).

Três pontos principais distinguem a API da AIC. O primeiro é fato de o grau de articulação e de complementaridade logística entre os projetos ser bem maior na agenda atual. O segundo é o fato de os projetos estruturantes serem subdivididos em projetos individuais, facilitando o acompanhamento das obras pelo COSIPLAN e distribuindo atribuições entre governos nos casos de investimentos envolvendo dois ou mais Estados. O terceiro é o fato de a API ter incorporado à agenda prioritária os projetos relativos à hidrovía Paraguai–Paraná, que abrange metade do território sul-americano e cuja revitalização tem sido objeto de negociações governamentais desde os anos 1960, o que indica a relevância do seu papel potencial na região (ARAÚJO JR, 2013). Ainda, em 2013, por iniciativa do Brasil, acordou-se a incorporação de mais estados do Nordeste e do Centro-Oeste do País nos projetos do Eixo do Amazonas, um dos eixos estruturantes da integração física (COSIPLAN, 2013).

No âmbito do Mercosul, em 2012, durante a suspensão paraguaia do bloco em função de sua ruptura institucional – com a destituição do presidente Lugo –, apoiada na cláusula democrática do bloco, a Venezuela foi admitida como membro pleno. A adesão venezuelana, que estava pendente da aprovação do Senado paraguaio, foi aceita a partir de reunião presidencial dos demais membros do Mercosul (CARMO, 2012). Além disso, durante a 43ª Reunião do Conselho de Mercado Comum e Cúpula de Presidentes do Mercosul, em meio à suspensão do Paraguai, Samuel Pinheiro Guimarães renunciou ao cargo de Alto Representante-Geral do bloco, com a justificativa de falta de apoio político dos Estados-membros para a implementação de projetos comuns (BONIS, 2012a).

Ademais, em dezembro de 2012, em Brasília, realizou-se, por iniciativa brasileira, o I Fórum Empresarial do Mercosul. O encontro foi organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a convite do Itamaraty, para encerrar a presidência *pro tempore* brasileira no bloco. Por meio dele, representantes da indústria brasileira tiveram oportunidade de demonstrar sua disposição em trabalhar pela aproximação dos setores privados dos Estados membros do Mercosul para aprofundar a integração. Ainda, empresários e autoridades do bloco debateram questões estratégicas para aumentar a competitividade e incrementar a inserção internacional das empresas dos países-membros (I FÓRUM..., 2012).

No que se refere às relações bilaterais com a Argentina, desde a sua posse, Dilma atribuiu importância central aos laços com Buenos Aires na agenda externa brasileira, sendo a integração entre os dois países classificada um objetivo permanente do Brasil (GRANATO, 2011). Apesar da estreita articulação no âmbito político, contudo, as relações bilaterais enfrentaram diversos desentendimentos no campo econômico-comercial, especialmente por conta da elevada inflação argentina, que levou a Petrobras a vender parte de seus ativos, e a Vale a encerrar suas atividades no país (YANAKIEW, 2013). Diante da deterioração da economia argentina, piorada pelo fracasso das negociações da cobrança integral dos títulos da sua dívida nos EUA – os “fundos abutres” –, a Argentina foi socorrida pela China (PEREGIL, 2014). Como reflexo desse contexto, o comércio entre Brasil e Argentina recuou no período, passando de US\$ 39 bilhões, em 2011, para US\$ 28,4 bilhões, em 2014 (ITC, 2015), e os exportadores brasileiros preveem que o vizinho pode incrementar as barreiras aos produtos brasileiros para garantir superávit comercial e aumentar suas importações dos chineses – o que geraria um impacto ainda maior nas relações (OLIVEIRA, 2014). Apesar dessas especulações, todavia, o acordo automotivo bilateral foi renovado em 2014 (BRASIL, 2014d).

A ascensão de José Mujica ao poder no Uruguai, em 2010, possibilitou maior aproximação bilateral. Em 2012, durante visita de Mujica ao Brasil, assinou-se o documento intitulado “Novo Paradigma para a relação Brasil-Uruguai”, com o objetivo de aprofundar as parcerias em diversos temas (GIRALDI; AQUINO, 2012). A partir da assinatura desse documento, e como ferramenta para viabilizar a sua efetivação, foi criado o Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai (GAN). O GAN ficou encarregado de desenvolver um plano de ação que incluiu projetos e iniciativas nos campos da integração produtiva, da ciência, tecnologia e inovação; da comunicação e informação; da integração da infraestrutura de transportes; e da livre circulação de bens, serviços e pessoas (BRASIL, 2012a). Essa maior aproximação bilateral foi refletida em um incremento no intercâmbio comercial entre os países, que passou de US\$ 3,9 bilhões, em 2011, para US\$ 4,8 bilhões, em 2014 (ITC, 2015).

Após as tensões geradas na esteira da deposição de Lugo e da suspensão do Paraguai do Mercosul, houve uma ameaça de maior aproximação de Assunção com a Aliança do Pacífico (BONIS, 2012b). Apesar disso, as relações brasileiras com o Paraguai conheceram melhora em 2013, após a eleição de Horácio Cartes, o qual recebeu o apoio de Dilma à reintegração paraguaia ao bloco. No mesmo ano, em visita ao Brasil, além de discutir a volta ao Mercosul, Cartes tratou de desenvolvimento fronteiro, comércio, infraestrutura e combate à pobreza em reunião com a presidenta (COLETTA, 2013). Ainda em 2013, Dilma inaugurou, em

conjunto com o presidente paraguaio, a linha de transmissão de energia conectando Itaipu e Villa Hayes, projeto integrante do Focem. Em discurso na ocasião, Rousseff ressaltou o caráter estratégico da parceria bilateral (BRASIL, 2013c). O comércio bilateral entre os países também foi crescente no período, saindo de US\$ 3,7 bilhões, em 2011, e atingindo US\$ 4,4 bilhões, em 2014 (ITC, 2015).

Em 2011, Hugo Chávez visitou o Brasil duas vezes, tendo os dois países assinado dez memorandos de parceria e cartas de compromisso para cooperação em diversas áreas, como fornecimento de nafta e derivados, cooperação técnica (inclusive no âmbito do Programa de Transformação Integral das Favelas venezuelano), parceria para a instalação de um centro de diagnósticos para a produção de sementes na Venezuela, etc. (BRASIL, 2011b; BRASIL 2011c). Após a morte de Chávez e a ascensão de Maduro, em 2013, o governo brasileiro vem procurando contribuir para a mediação da crise política no país de maneira conjunta com os membros do Mercosul, da Unasul e da CELAC, sempre buscando respeitar o princípio de não-intervenção em assuntos de outros países (CANTANHÊDE, 2014). O comércio bilateral, no período, manteve certa estabilidade, ficando em torno de US\$ 5,8 bilhões (ITC, 2015).

Em relação à Bolívia, seu Protocolo de Adesão ao Mercosul foi assinado pelos Estados parte em 2012 e, em 2013, a Petrobras voltou a investir no país, ao vencer uma licitação para explorar um campo de produção de gás no Departamento de Santa Cruz. O país tem no Brasil seu principal parceiro comercial e o comércio bilateral foi crescente no período, passando de US\$ 4,4 bilhões, em 2011, para US\$ 5,4 bilhões, em 2014.

A despeito disso, em 2013, as relações entre os países sofreram um novo estremecimento, quando o encarregado de negócios brasileiro, Eduardo Saboia, organizou uma operação de fuga para o senador boliviano Roger Molina, que se encontrava asilado na embaixada brasileira em La Paz há mais de um ano, após ter sido acusado de diversos crimes pelo governo de Morales. O caso gerou uma crise interna no Itamaraty e Antônio Patriota acabou retirado do cargo de Chanceler, sendo substituído por Luiz Alberto Figueiredo (SAFATLE, 2013). Evo Morales, reeleito presidente da Bolívia em 2014, declarou que, apesar de Dilma não ter visitado o país durante seu primeiro mandato, as relações bilaterais seguem marcadas pela “confiança”, além de reforçar que o caso do senador Molina não as afetou negativamente (CARMO, 2014a).

As relações entre Brasil e Equador iniciaram 2011 em clima de otimismo, após as tensões envolvendo a atuação de empresas brasileiras em território equatoriano em 2008 e 2009. Os dois países apresentam convergências no que se refere à defesa e à promoção dos

direitos básicos e à discussão do papel atual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (EQUADOR..., 2011). Apesar de Dilma só ter visitado Quito em 2014, em virtude da Cúpula da Unasul, Patriota foi ao país duas vezes e Figueiredo, uma (BRASIL, 2012c; BRASIL, 2015b; BRASIL, 2015c; BRASIL, 2015d; NAPOLEÃO, 2011). O comércio entre os países sofreu um ligeiro declínio no período, passando de US\$ 10,2 bilhões, em 2011, para US\$ 9,6 bilhões, em 2014 (ITC, 2015).

As relações brasileiras com o Chile também foram marcadas por aproximação. Dilma Rousseff realizou vários encontros com seu homólogo chileno, Sebastián Piñera, discutindo temas como o corredor bioceânico que deve ligar os dois países e a percepção de ambos da necessidade de reformas em organizações multilaterais, como o Conselho de Segurança da ONU, o FMI e o Banco Mundial (GIRALDI, 2011b). Além disso, foram fechados acordos de cooperação nas áreas de educação e intercâmbio cultural e foram iniciadas discussões sobre parcerias na área energética, em particular em energias renováveis, fontes hidrelétricas e a partir de biomassa. O presidente chileno ainda assegurou que os pesquisadores e militares brasileiros poderiam usar a base chilena na Antártida até que a Estação Comandante Ferraz, destruída por um incêndio em 2012, fosse reconstruída (GONÇALVES, 2013).

Com a eleição de Michele Bachelet, em 2014, diversos analistas previram maior aproximação entre Brasil e Chile, especialmente por conta da defesa de Bachelet da necessidade de aproximação entre a Aliança do Pacífico e o Mercosul (CARMO, 2014b; COLOMBO, 2014). Durante visita da presidenta chilena à Brasília, em 2014, as duas chefes de Estado trataram de questões relacionadas à cooperação energética, à integração física, ao comércio e aos investimentos. É importante destacar que o Brasil é o principal destino de investimentos chilenos, alcançando estoque de US\$ 24,6 bilhões. Os investimentos brasileiros também vêm aumentando no Chile, sobretudo nos setores de energia, serviços financeiros, alimentos, mineração, siderurgia e construção civil (PRESIDENTA..., 2014). Após uma sensível queda entre 2011, quando era de US\$ 9,9 bilhões, e 2012, o comércio bilateral vem aumentando constantemente, tendo atingido a marca de US\$ 9 bilhões, em 2014.

A chegada de Ollanta Humala ao poder no Peru, em 2011, gerou expectativas de maior aproximação entre os países, especialmente por conta de sua orientação ideológica, considerada de esquerda. Nesse contexto, verificou-se um aumento na frequência das visitas ministeriais e presidenciais bilaterais, além da assinatura de diversos acordos de cooperação, entre os quais se destaca o acordo de transferência de experiência entre os dois países, que tem por objetivo possibilitar ao Peru a incorporação de projetos na área social desenvolvidos



pelo Brasil, como, entre outros, o Farmácia Popular (BRASIL, 2014b). Ademais, houve a assinatura de acordos nas áreas trabalhista, ambiental – em particular no que se refere à água – e de integração fronteiriça na área de telecomunicações durante visita da presidenta ao país vizinho em 2013 (BRASIL, 2013a). Ainda, o Peru foi o terceiro maior destino dos investimentos brasileiros entre os países sul-americanos, atingindo estoque de US\$ 1,9 bilhão, e o Brasil vem expandindo o número de produtos que recebem preferência tarifária com o Peru, no âmbito do Acordo de Complementação Econômica entre Mercosul e Peru (BRASIL, 2013b). Apesar disso, o comércio entre os países sofreu uma ligeira queda no período, passando de US\$ 3,6 bilhões em 2011, para US\$ 3,5 bilhões, em 2014 (ITC, 2015).

Desde a eleição de Juan Manuel Santos, em 2010, houve um esforço maior de aproximação da Colômbia com o Brasil (EM SUA..., 2010). Em 2011, foram assinados acordos bilaterais tratando de diversas temáticas, como desenvolvimento de pesquisas em biocombustíveis e educação, combate à violência e exploração sexual, preservação dos direitos dos homossexuais e transexuais etc. Houve, portanto, um esforço de ambos os lados de estreitar os laços e ampliar o escopo da cooperação bilateral para além da segurança (GIRALDI, 2011a). No âmbito econômico, em 2014, durante missão comercial à Colômbia, representantes do governo brasileiro propuseram a antecipação do processo de desgravação tarifária com o intuito de alcançar o livre comércio entre os dois países, incrementando ainda mais o intercâmbio bilateral, que passou de US\$ 3,9 bilhões, em 2011, para US\$ 4,1 bilhões, em 2014 (BRASIL, 2014c; ITC, 2015).

Desde a inauguração da ponte sobre o Tacutu, em 2009, as relações bilaterais entre Brasil e Guiana vêm se ampliando. Em 2011, durante visita do então chanceler brasileiro, Antônio Patriota, ao vizinho, foram defendidos acordos de cooperação nas áreas de educação e esportes e definidos os prazos para o início de estudos para a construção de duas hidrelétricas na Guiana, envolvendo a Eletrobras (GIRALDI, 2011c). Além disso, em 2013, Guiana e Suriname se tornaram membros associados do Mercosul, aprofundando a sua aproximação com o Brasil (MERCOSUL..., 2013). O comércio bilateral entre os países, todavia, sofreu uma expressiva queda, passando de US\$ 35 milhões, em 2011, para US\$ 27 milhões, em 2014 (ITC, 2015).

A estratégia do governo Dilma no que se refere às relações com o Suriname seguiu a orientação estabelecida sob Lula. A aproximação continuou a ser pautada pela cooperação na área de defesa. As parcerias envolveram a revitalização de veículos blindados e o treinamento de militares surinameses pelas Forças Armadas do Brasil. Além disso, o Suriname manifestou

oficialmente seu interesse em receber apoio na capacitação e no aparelhamento das suas forças navais e na pavimentação de pistas de pouso e na construção de hangares em aeroportos da região amazônica. Em relação à Marinha do país vizinho, a ideia é que as forças navais brasileiras prestem suporte semelhante ao oferecido na formação dos fuzileiros navais da Namíbia. Além da capacitação em termos de recursos humanos, o apoio brasileiro prevê a compra de navios-patrolha pelo vizinho (BRASIL, 2014a). O comércio entre os dois países, todavia, sofreu uma forte queda, passando de US\$ 73,6 milhões, em 2011, para US\$ 47 milhões, em 2014 (ITC, 2015).

### **Conclusão**

Apesar das críticas sofridas pelo governo Rousseff em relação à sua política externa, a análise realizada não aponta para mudanças significativas, em relação ao período anterior, no que diz respeito às relações com os países da América do Sul. Tomando o ferramental de Hermann (1990) como base, o que se verifica é apenas uma mudança de ajuste entre os governos – e em uma intensidade ainda menor do que a verificada em relação, por exemplo, ao continente africano (OLIVEIRA, 2015). Nesse sentido, a despeito da menor presença da presidenta nos países vizinhos, bem como do menor número de visitas dos chefes de Estado desses países ao Brasil, o que se verificou foi uma intensificação no estabelecimento de projetos de cooperação, bem como uma manutenção das iniciativas de estabelecimento de acordos nas mais diversas áreas.

Além disso, cabe destacar que a menor ênfase dada pelo governo Rousseff à política externa pode ser entendida a partir de duas perspectivas distintas, mas complementares. A primeira delas é a de Hagan (1995), que argumenta que quando o ambiente interno se mostra desfavorável ao governante, ameaçando sua liderança, a política externa pode sofrer ajustes, de forma a impor menos custos e desgastes internos. A segunda é a de Putnam (2010), que vê as políticas interna e externa como interligadas, destacando que a definição da política externa não depende de apenas um ator, sendo composta pelos distintos interesses de nível nacional (em que grupos setoriais pressionam o governo) e internacional (em que se busca satisfazer as pressões internas e, ao mesmo tempo, minimizar as consequências internas de situações adversas no plano exterior).

Nesse contexto, diante dos choques externos, evidenciados pelo cenário internacional mais desfavorável (com a intensificação dos impactos da crise econômica mundial e a criação da Aliança do Pacífico) e também um cenário doméstico mais conturbado (com sinais de

esgotamento do modelo interno de crescimento e a ocorrência de manifestações populares em 2013), o que se verifica é uma mudança de ajuste da política externa brasileira para a América do Sul. Essa pode ser percebida a partir da diminuição na intensidade da diplomacia presidencial, o que, todavia, não alterou a centralidade do espaço ocupado pela América do Sul na agenda de política externa brasileira.

## Referências

- ARAÚJO JR., José T. (2013). Da IIRSA ao COSIPLAN: Desafios da Integração Física da América do Sul. In SORJ, Bernardo & FAUSTO, Sergio (Orgs.). **O Brasil e a Governança da América Latina: Que Tipo de Liderança é Possível?** São Paulo: IFHC/Centro Edelstein.
- BANDEIRA, Moniz (1998) As relações regionais do Cone Sul: iniciativas de integração. In: CERVO, Amado; RAPOPORT, Mario. **História do Cone Sul**. Brasília: UnB.
- BERTAZZO, Juliana (2012). An Initial Survey of the Dilma Rousseff Administration in Brazil. **Critical Sociology**, 38 (6): 889-92.
- BOERSNER, Demetrio (2011). **Situación actual y perspectivas de las relaciones entre Venezuela y Brasil**, publicado em Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ILDIS) [<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/caracas/08758.pdf>]. Disponibilidade: 21/06/2015.
- BONIS, Gabriel (2012a). **Brasileiro deixa cargo de Alto Representante Geral do Mercosul**, publicado em [<http://www.cartacapital.com.br/internacional/brasileiro-deixa-cargo-de-alto-representante-geral-do-mercosul>]. Disponibilidade: 21/06/2015.
- \_\_\_\_\_. (2012b). **Criada à direita, Aliança do Pacífico rivaliza com o 'esquerdista' Mercosul**, publicado em [<http://www.cartacapital.com.br/internacional/criada-a-direita-alianca-do-pacifico-rivaliza-com-o-esquerdista-mercosul>]. Disponibilidade: 23/06/2015.
- BRANDT, Fábio (2009). Suriname usará urna eletrônica brasileira. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**, publicado em [<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2150>]. Disponibilidade: 21/06/2015.
- BRASIL, Agência Brasileira de Cooperação (ABC) (2015a). **Projetos de Cooperação**, publicado em [[www.abc.gov.br/projetos](http://www.abc.gov.br/projetos)]. Disponibilidade: 20/06/2015.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (2011a). **Balanco de Política Externa 2003-2010 – Resumo Executivo**, publicado em [<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/resumo-executivo/>]. Disponibilidade: 04/11/2013.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores (2011b). **Carta de Compromisso entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela no Marco do Gran Misión Venezuela para o Estabelecimento de Programa de Transformação Integral de Favelas**, publicado em [[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2889:carta-de-compromisso-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-bolivariana-da-venezuela-no-marco-do-gran-mision-venezuela-para-o-estabelecimento-de-programa-de-transformacao-integral-de-favelas&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2889:carta-de-compromisso-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-bolivariana-da-venezuela-no-marco-do-gran-mision-venezuela-para-o-estabelecimento-de-programa-de-transformacao-integral-de-favelas&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280)]. Disponibilidade: 23/06/2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (2012a). **Comunicado Conjunto Presidencial: Novo Paradigma para a Relação Brasil-Uruguai**, publicado em [[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3114:comunicado-conjunto-presidencial-novo-paradigma-para-a-relacao-brasil-uruguai&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3114:comunicado-conjunto-presidencial-novo-paradigma-para-a-relacao-brasil-uruguai&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280)]. Disponibilidade: 21/06/2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (2012b). **Resenha de Política Exterior do Brasil**: número 108, 1º semestre de 2011 – Ano 37. Brasília: Ministério das Relações Exteriores.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (2012c). **Resenha de Política Exterior do Brasil**: número 109, 2º semestre de 2011 – Ano 37. Brasília: Ministério das Relações Exteriores.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (2012d). **Resenha de Política Exterior do Brasil**: número 110, 1º semestre de 2012 – Ano 37. Brasília: Ministério das Relações Exteriores.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (2013a). **Atos assinados por ocasião da visita da Presidenta da República ao Peru - Lima, 11 de Novembro**, publicado em [[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2280:atos-assinados-por-ocasio-da-visita-da-presidenta-da-republica-ao-peru-lima-11-de-novembro-de-2013&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2280:atos-assinados-por-ocasio-da-visita-da-presidenta-da-republica-ao-peru-lima-11-de-novembro-de-2013&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280)]. Disponibilidade: 22/06/2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (2015b). **Notas à Imprensa**, publicado em [[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=category&id=42&Itemid=280&lang=pt-BR&limitstart=0](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=42&Itemid=280&lang=pt-BR&limitstart=0)]. Disponibilidade: 24/05/2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (2015c). **Viagens realizadas pelo Ministro das Relações Exteriores: Antonio de Aguiar Patriota**, publicado em [<https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=zg1LHFRnxEHM.khw8vMuTE-8g>]. Disponibilidade: 23/05/2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (2015d). **Viagens realizadas pelo Ministro das Relações Exteriores: Luiz Alberto Figueiredo Machado**, publicado em [<https://www.google.com/maps/d/viewer?hl=pt-BR&authuser=0&mid=zg1LHFRnxEHM.kqR-mEGE9vlg>]. Disponibilidade: 23/05/2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento (2015e). **Planejamento e investimentos - Focem - Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul**, publicado em [<http://antigo.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=10&ler=t3431>]. Disponibilidade: 21/06/2015.

BRASIL. Portal Brasil (2011c). **Brasil e Venezuela firmam dez novos acordos e apostam em intercâmbio regional**, publicado em [<http://www.brasil.gov.br/governo/2011/06/brasil-e-venezuela-firmam-dez-novos-acordos-e-apostam-em-intercambio-regional>]. Disponibilidade: 23/06/2015.

BRASIL. Portal Brasil (2013b). **Brasil e Peru intensificam aliança e parcerias**, publicado em [<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/11/brasil-e-peru-intensificam-parcerias>]. Disponibilidade: 22/06/2015.

BRASIL. Portal Brasil (2014a). **Brasil ajudará a fortalecer Força Naval do Suriname**, publicado em [<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2014/08/brasil-ajudara-a-fortalecer-forca-naval-do-suriname>]. Disponibilidade: 21/06/2015.

BRASIL. Portal Brasil (2014b). **Brasil e Peru intensificam aliança e parcerias**, publicado em [http://www.brasil.gov.br/governo/2013/11/brasil-e-peru-intensificam-parcerias]. Disponibilidade: 21/06/2015.

BRASIL. Portal Brasil (2014c). **Brasil pretende ampliar comércio com a Colômbia**, publicado em [http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/08/brasil-pretende-ampliar-comercio-com-a-colombia]. Disponibilidade: 23/06/2015.

BRASIL. Portal Brasil (2014d). **Começa a valer o acordo automotivo entre Brasil e Argentina**, publicado em [http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/07/comeca-a-valer-o-acordo-automotivo-entre-brasil-e-argentina]. Disponibilidade: 21/06/2015.

BRASIL. Presidência da República (2010). **Amazônia é elo de fortalecimento das relações entre Brasil e Colômbia**, publicado em [http://blog.planalto.gov.br/amazonia-e-elo-de-fortalecimento-das-relacoes-entre-brasil-e-colombia/]. Disponibilidade: 21/06/2015.

BRASIL. Presidência da República (2013c). **Linha de transmissão que liga Itaipu a Villa Hayes é momento histórico da relação entre Brasil e Paraguai**, publicado em [http://blog.planalto.gov.br/linha-de-transmissao-que-liga-itaipu-a-villa-hayes-e-momento-historico-da-relacao-entre-brasil-e-paraguai/]. Disponibilidade: 23/06/2015.

CANDEAS, Alessandro Warley (2005). Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 48 (1): 178-213.

CANTANHÊDE, Eliane (2014). **“Defendemos diálogo com os opositores na Venezuela”, diz chanceler brasileiro**, publicado em [http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/03/1420277-defendemos-dialogo-com-os-opositores-na-venezuela-diz-chanceler-brasileiro.shtml]. Disponibilidade: 23/06/2015.

CARMO, Márcia (2012). **À revelia do Paraguai, Mercosul anuncia adesão da Venezuela ao bloco**, publicado em [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120629\_cupula\_mercosul\_mc.shtml]. Disponibilidade: 21/06/2015.

\_\_\_\_\_. (2014a). **Por que as eleições na Bolívia interessam ao Brasil?**, publicado em [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141009\_bolivia\_eleicoes\_mc]. Disponibilidade: 26/06/2015.

\_\_\_\_\_. (2014b). **Viagem de Dilma indica reaproximação de Brasil e Chile, dizem analistas**, publicado em [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140311\_dilma\_bachelet\_posse\_reaproximacao\_lgb]. Disponibilidade: 28/06/2015.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo (2011). **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Universidade de Brasília.

CERVO, Amado Luiz.; LESSA, Antônio C. (2014). O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, 57 (2): 133-51.

COLETTA, Ricardo Della (2013). **Dilma e Cartes discutem volta do Paraguai ao Mercosul**, publicado [http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-e-cartes-discutem-volta-do-paraguai-ao-mercosul,1080449]. Disponibilidade 23/06/2015.

COLOMBO, Sylvia (2014). **Esquerda latino-americana busca se adaptar após vitórias eleitorais**, publicado em [http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/11/1541680-esquerda-latino-americana-busca-se-adaptar-apos-vitorias-eleitorais.shtml]. Disponibilidade: 28/06/2015.

CONSELHO SUL-AMERICANO DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO (COSIPLAN) (2011). **Agenda de Projetos Prioritários de Integração**, publicado em [[http://antigo.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/spi/111130\\_Cosiplan\\_API\\_Agenda\\_de\\_projetos\\_prioritarios\\_de\\_integracao.pdf](http://antigo.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/spi/111130_Cosiplan_API_Agenda_de_projetos_prioritarios_de_integracao.pdf)]. Disponibilidade: 21/06/2015.

\_\_\_\_\_. (2013). **Cartera de Projectos**, publicado em [[http://www.iirsa.org/admin\\_iirsa\\_web/Uploads/Documents/lb13\\_completo\\_alta.pdf](http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/lb13_completo_alta.pdf)]. Disponibilidade: 21/06/2015.

CONSENSO DE GUAYAQUIL (2002). **Consenso de Guayaquil sobre Integración, Seguridad e Infraestructura para el Desarrollo**, publicado em [[http://www.comunidadandina.org/documentos/dec\\_int/consenso\\_guayaquil.htm](http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/consenso_guayaquil.htm)]. Disponibilidade 21/06/2015.

COUTO, Leandro (2010). Política externa brasileira para a América do Sul: As diferenças entre Cardoso e Lula. **Civitas**, 10 (1): 23-44.

DORATIOTO, Francisco (1998). Formação dos Estados nacionais e expansão do capitalismo no século XIX. In CERVO, Amado; RAPOPORT, Mario. **História do Cone Sul**. Brasília: UnB.

EM SUA 1ª VIAGEM AO EXTERIOR, PRESIDENTE DA COLÔMBIA VEM AO BRASIL TRATAR DE COMÉRCIO E FRONTEIRAS (2010), publicado em [<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2010/09/01/em-sua-1-viagem-ao-exterior-presidente-da-colombia-vem-ao-brasil-tratar-de-comercio-e-fronteiras.htm>]. Disponibilidade: 23/06/2015.

EQUADOR E BRASIL DÃO IMPULSO A RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS APÓS DIVERGÊNCIAS (2011). **Equador e Brasil dão impulso a relações diplomáticas após divergências**, publicado em [<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/11/equador-e-brasil-dao-impulso-a-relacoes-diplomaticas-apos-divergencias.html>]. Disponibilidade: 26/06/2015.

FIORI, José L. (2013). O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. In SADER, Emir (Org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/FLACSO Brasil.

GARCIA, Marco A. (2013). Dez anos de Política Externa. In SADER, Emir (Org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/FLACSO Brasil.

GEHRE, Thiago; GOMES, Sheldon (2013). Brasil, Guiana e o “Princípio da Não-Indiferença”. **Conjuntura Austral**, 4 (15): 97-114.

GIRALDI, Renata; AQUINO, Yara (2012). **Dilma e Mujica definem novo paradigma nas relações entre Brasil e Uruguai**, publicado em [<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-07-31/dilma-e-mujica-definem-novo-paradigma-nas-relacoes-entre-brasil-e-uruguai>]. Disponibilidade: 21/06/2015.

GIRALDI, Renata (2009). **Brasil e o Suriname têm intensa parceria comercial e política**, publicado em [<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2009-12-28/brasil-e-suriname-tem-intensa-parceria-comercial-e-politica>]. Disponibilidade: 21/06/2015.

\_\_\_\_\_. (2011a). **Brasil e Colômbia assinam acordos para intensificar relações**, publicado em [<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-10-26/brasil-e-colombia-assinam-acordos-para-intensificar-relacoes>]. Disponibilidade: 23/06/2015.

\_\_\_\_\_. (2011b). **Com Piñera, Dilma se compromete a inaugurar corredor bioceânico e visitar o Chile em janeiro**, publicado em [http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-09-22/com-pinera-dilma-se-compromete-inaugurar-corredor-bioceanico-e-visitar-chile-em-janeiro]. Disponibilidade: 28/06/2015.

\_\_\_\_\_. (2011c). **Presidente da Guiana pede apoio de Dilma para ampliar parcerias e promover desenvolvimento interno**, publicado em [http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-08-12/presidente-da-guiana-pede-apoio-de-dilma-para-ampliar-parcerias-e-promover-desenvolvimento-interno]. Disponibilidade: 26/06/2015.

GONÇALVES, Carolina (2013). **Dilma e Piñera voltam a discutir corredor interoceânico Brasil-Chile**, publicado em [http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-01-26/dilma-e-pinera-voltam-discutir-corredor-interoceanico-brasil-chile]. Disponibilidade: 28/06/2015.

GRANATO, Leonardo (2011). **Cambio de género, no de objetivos**, publicado em [http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-161478-2011-01-31.html]. Disponibilidade: 21/06/2015.

HAGAN, Joe D. (1995). Domestic Political Explanations in the Analysis of Foreign Policy Crises. In NEACK, Laura; HEY, Jeanne A. K.; HANEY, Patrick J (Eds.). **Foreign Policy Analysis: continuity and change in its second generation**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

HERMANN, Charles (1990). Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, 34 (1): 3-21.

I FÓRUM EMPRESARIAL DO MERCOSUL DÁ PASSO IMPORTANTE RUMO À INTEGRAÇÃO REGIONAL (2012), publicado em [http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2012/12/1,8771/i-forum-empresarial-do-mercosul-da-passo-importante-rumo-a-integracao-regional.html]. Disponibilidade: 26/06/2015.

INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SURAMERICANA (IIRSA) (2015). **Antecedentes**, publicado em [http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItem=41]. Disponibilidade: 21/06/2015.

INTERNATIONAL TRADE CENTRE (ITC) (2015). **World Trade Map**, publicado em Trademap.org [http://www.trademap.org]. Disponibilidade: 20/06/2015.

ISRAEL, Esteban; SIMÕES, Eduardo (2013). **Dilma troca chanceler mas política externa continua em segundo plano**, publicado em [http://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRSPE97Q09U20130827?sp=true]. Disponibilidade: 20/06/2015.

LEÃO, André; MORINI, Cristiano (2013). O Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul e a Política Externa Brasileira: há espaço para “Hegemonia Consensual” do Brasil? **Monções**, 2 (3): 212-36.

MERCOSUL VAI TER GUIANA E SURINAME COMO ASSOCIADOS, DIZ PATRIOTA.(2013), publicado em [http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/mercosul-vai-ter-guiana-e-suriname-como-associados-diz-patriota.html]. Disponibilidade: 26/06/2015.

MOREIRA, Luiz F.; QUINTEROS, Marcela; SILVA, André L. (2010). **As Relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes.

NAPOLEÃO, Thomaz Mayer Alexandre (2011). **Visitas internacionais e nacionais do Ministro Celso Amorim e visitas de Ministros de Negócios Estrangeiros ao Brasil 2003-2010**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores.

NOVAK, Fabián; NAMIHAS, Sandra (2013). **As relações entre Peru e Brasil, 1826-2012**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

OLIVEIRA, Eliane (2014). **Exportadores brasileiros preveem que Argentina importará mais da China**, publicado em [<http://oglobo.globo.com/economia/exportadores-brasileiros-preveem-que-argentina-importara-mais-da-china-13443308>]. Disponibilidade: 21/06/2015.

OLIVEIRA, Guilherme Z. (2015). Política Africana do Brasil: mudança entre Lula e Dilma? **Conjuntura Austral**, 6 (29): 29-48.

PATRIOTA, Antonio (2011). **Discurso do Ministro Antonio de Aguiar Patriota por ocasião das comemorações do Dia do Diplomata**, publicado em [[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4589:discurs-o-proferido-pelo-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-por-ocasioo-das-comemoracoes-do-dia-diplomata-20-de-abril-de-2011&catid=194&Itemid=454&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4589:discurs-o-proferido-pelo-ministro-antonio-de-aguiar-patriota-por-ocasioo-das-comemoracoes-do-dia-diplomata-20-de-abril-de-2011&catid=194&Itemid=454&lang=pt-BR)]. Disponibilidade: 20/06/2015.

\_\_\_\_\_. (2013) **Política Externa Brasileira: discursos, artigos e entrevistas (2011-2012)**. Brasília: FUNAG.

PAUTASSO, Diego; ADAM, Gabriel P. (2014). A Política da Política Externa Brasileira: novamente entre autonomia e alinhamento na eleição de 2014. **Conjuntura Austral**, 5 (25): 20-43.

PEREGIL, Francisco (2014). **China ativa seu salva-vidas econômico para ajudar a Argentina**, publicado em [[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/31/internacional/1414771071\\_271006.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/31/internacional/1414771071_271006.html)]. Disponibilidade: 20/06/2015.

PEREIRA, Anthony W (2012). Continuity Is Not Lack of Change. **Critical Sociology**, 38 (6): 777-87.

PETROBRAS VOLTA A INVESTIR NA BOLÍVIA 7 ANOS APÓS 'PERDER' REFINARIAS NO PAÍS, DIZ JORNAL, publicado em [<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/02/01/petrobras-volta-investir-na-bolivia-sete-anos-apos-estatizacao.htm>]. Disponibilidade: 26/06/2015.

PRESIDENTA DILMA RECEBE A PRESIDENTA DO CHILE, MICHELLE BACHELET, NO PALÁCIO DO PLANALTO (2014), publicado em [<http://blog.planalto.gov.br/presidenta-dilma-recebe-a-presidenta-do-chile-michelle-bachelet/>]. Disponibilidade: 28/06/2015.

PUTNAM, Robert D. (2010). Diplomacia e política doméstica: a lógica do jogo de dois níveis. **Revista de Sociologia e Política**, 18 (36): 147-74.

RAMIRES, Socorro (2009). A Colômbia e o Brasil, separados (e unidos) pelo comércio e pela segurança. **Nueva Sociedad**, especial: 90-107.

ROSA, Luiz P. (2013). Energia e setor elétrico nos governos Lula e Dilma. In SADER, Emir (Org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/ FLACSO Brasil.

ROUSSEFF, Dilma (2013). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional**, publicado em



- [<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional>]. Disponibilidade: 20/06/2015.
- SAFATLE, Cláudia (2013). **Antônio Patriota é Demitido do Ministério das Relações Exteriores**, publicado em [[www.valor.com.br/politica/3247512/antonio-patriota-e-demitido-do-ministerio-das-relacoes-exteriores](http://www.valor.com.br/politica/3247512/antonio-patriota-e-demitido-do-ministerio-das-relacoes-exteriores)]. Disponibilidade: 20/06/2015.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe (2014). **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro**. Brasília: FUNAG.
- SANTOS, Marcelo (2013). A presença brasileira na América do Sul: ações e instrumentos de política externa. **Análisis Político**, 26 (77): 195-210.
- SARAIVA, Miriam G. (2014). Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? **Relações Internacionais**, 44: 25-35.
- SENNES, Ricardo (2003). **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- SILVA, André Reis da; SILVEIRA, Isadora Loreto da (2012). Da ALCA à CELAC: o Brasil e os desafios da integração continental. **BJIR**, 1 (3): 425-47.
- SILVA, Luiz Inácio (Lula) da (2003). **Discurso de Posse**, publicado em [[www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view)]. Disponibilidade: 20/06/2015.
- SILVA, Vera Lucia Correa da (2012). O estilo K na política externa argentina e o governo de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011). **Meridiano** 47, 13 (129): 17-27.
- SPEKTOR, Matias (2014). **Diplomacia de transição**, publicado em [<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2014/10/1540019-diplomacia-da-transicao.shtml>]. Disponibilidade: 20/06/2015.
- STUENKEL, Oliver (2014). **O risco do recuo estratégico**, publicado em [<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2014/03/1422485-oliver-stuenkel-o-risco-do-recuo-estrategico-brasileiro.shtml>]. Disponibilidade: 20/06/2015.
- TEIXEIRA, Rodrigo A.; PINTO, Eduardo C. (2012) A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Textos para Discussão 006**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Economia, publicado em: [[http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2012/IE\\_Teixeira\\_Pinto\\_2012\\_TD006.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2012/IE_Teixeira_Pinto_2012_TD006.pdf)]. Disponibilidade: 24/08/2015.
- TOKATLIAN, Juan G (2014) **¿Unasur pierde el norte? La crisis venezolana es el gran desafío del organismo sudamericano**, publicado em [[http://elpais.com/elpais/2014/04/23/opinion/1398278994\\_215974.html](http://elpais.com/elpais/2014/04/23/opinion/1398278994_215974.html)]. Disponibilidade: 20/06/2015.
- Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR) (2015a). **Consejos Ministeriales y Sectoriales**, publicado em [<http://www.unasursg.org/es/consejos/consejos-ministeriales-y-sectoriales>]. Disponibilidade: 21/06/2015.
- \_\_\_\_\_. (2015b) **Historia**, publicado em [<http://www.unasursg.org/es/historia>]. Disponibilidade: 21/06/2015.

WAISBERG, Tatiana; RIBEIRO, Marcelo (2008). A disputa comercial entre o Governo do Equador e a Odebrecht e a crise diplomática entre o Brasil e o Equador. **Meridiano 47**, 9 (101): 37-8.

YANAKIEW, Monica (2013). **Dilma e Cristina Kirchner buscam destravar relações comerciais**, publicado em [<http://www.ebc.com.br/noticias/agencia-brasil/2013/04/dilma-e-cristina-kirchner-buscam-destravar-relacoes-comerciais>]. Disponibilidade: 21/06/2015.